



**COMISSÃO EXTERNA QUEIMADAS EM BIOMAS BRASILEIROS -
CEXQUEI**

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Sra. PROFESSORA ROSA NEIDE)

Requer a realização de Audiência Pública para apresentar e debater informações sobre a situação de direitos humanos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Amazônia, Cerrado e Pantanal do Brasil, diante do grave cenário socioambiental provocado pelos incêndios e intenso desmatamento nos referidos biomas.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de Audiência Pública para apresentar e debater informações sobre a situação de direitos humanos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais da Amazônia, Cerrado e Pantanal do Brasil, diante do grave cenário socioambiental provocado pelos incêndios e intenso desmatamento nos referidos biomas.

Para a ocasião, indico como expositores os seguintes convidados:

1. Representação da Comunidade Pantaneira Barra de São Lourenço (MS)
2. Representação da Comunidade quilombola Cocaquilinho (MA)
3. Representação da Liderança indígena do Tocantins (Apinajé ou Xerente)
4. Representação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
5. Representação da Comissão Pastoral da Terra (CPT)
6. Representação da Rede de comunidades tradicionais Pantaneiras





JUSTIFICAÇÃO

Os incêndios florestais têm aumentado em frequência, intensidade e extensão ao redor de todo mundo, e de maneira ainda mais trágica em nosso País, onde a crise climática é agravada pelo desmonte estrutural e regulatório da proteção ambiental promovido pelo Governo atual. Por esta razão, foi constituída a Comissão Externa destinada a acompanhar e promover a estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros (CEXQUEI) que já realizou, entre 2021 e 2022, dezenas de audiências públicas, diligências, oitivas e produziu relatório e informações bastante significativas.

O trabalho segue neste ano de 2022 e terá especial foco na atualização e elaboração de diagnósticos e, notadamente, na inclusão do tema na agenda deste ano eleitoral.

É fundamental que a comissão siga no acompanhamento da atuação do Poder Executivo e da implementação das soluções propostas pela comissão aos diversos órgãos, como Ministério Público, Judiciário, entre outros. É um ano eleitoral, e claramente esses conteúdos, relatórios e proposições podem ser ainda mais considerados pelas autoridades do país.

Nesta audiência pública, que submetemos a apreciação, apresentaremos as informações atualizadas sobre a situação de direitos humanos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal no Brasil, diante do grave cenário socioambiental provocado pela intensificação dos focos de incêndios e o aumento do desmatamento nos referidos biomas. Em particular, apresentaremos informações sobre como a devastação provocada pela escala dos incêndios ocorridos nos últimos três anos nestes biomas vem





impactando diretamente a vida, os modos de vida tradicionais e os projetos de vida dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Pedimos, portanto, o apoio dos membros desta Comissão para aprovação deste requerimento, de modo a retomar as audiências com autoridades, comunidades e especialistas no sentido de contribuir decisivamente para evitar novas devastações e prejuízos socioambientais.

Sala da Comissão, em de abril de 2022.

Deputada Professora Rosa Neide
Coordenadora

